



## **(RE)PENSANDO O TERRITÓRIO** ABORDAGENS E POSSIBILIDADES DA MATERIALIDADE E IMATERIALIDADE DO CONCEITO

### **(RE)PENSER LE TERRITOIRE:**

#### APPROCHES ET POSSIBILITÉS, LA MATERIALITE ET L'IMMATERIALITE DU CONCEPT

**Israel Rodrigues Bezerra** – Fortaleza – Ceará – Brasil  
israelbezerra.1995@gmail.com

**Gerlaine Cristina Silva Franco** – Fortaleza – Ceará – Brasil  
gerlainesilva0@gmail.com

**Jefferson Santos Fernandes** – Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Fortaleza –  
Ceará – Brasil  
jefferson.geo.fernandes@gmail.com

#### **RESUMO**

O presente trabalho é resultado das discussões realizadas no componente curricular Espaço, Território, Paisagem e Região, cursado pelos autores no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará. O texto centra-se, pois, em uma discussão epistêmica sobre o Território, um conceito de larga tradição na ciência geográfica. De natureza teórica, a pesquisa consistiu em revisão da literatura e análise crítica sobre o conceito de Território, bem como a tomada de estudos sobre o Poder, entendido como noção fundante para a compreensão do Território por meio das relações sociais espacializadas. O Território é visto como um conceito em movimento, sendo parte constituinte da renovação do pensamento geográfico. Nesta perspectiva, entende-se que a discussão sobre o Território está diretamente associada as questões contemporâneas acerca da organização e atuação do Estado, o desenvolvimento socioespacial e a o planejamento de políticas públicas. Não obstante a existência de uma vasta bibliografia sobre o assunto, o Território ainda se mostra como um tema persistente, e a sua compreensão é fundamental para aqueles que se preocupam em entender a dinâmica socioespacial do território brasileiro.

**Palavras-chave:** Território. Poder. Desenvolvimento. Epistemologia Geográfica.

#### **ABSTRACT**

Cette ouvrage est résultat des discussions de la discipline Espace, Territoire, Paysage et Région, à laquelle ont participé les auteurs dans le Programme d'Études Supérieures em Géographie de l'Université Fédérale du Ceará. Le texte se concentre de cette façon sur une discussion épistémique sur le Territoire, une concept avec une grande tradition em science géographique. De nature théorique, la recherche a consisté en une revue de la littérature et une analyse critique du concept de Terrioite, ainsi comme la réalisations d'études sur le Pouvoir, comprises comme une notion essentiel pour la compréhension du Territoire à

---

travers de relations sociaux spatialisées. Le Territoire est considéré comme um concept em mouvement, faisant partie intégrante du renouvellement de la pensée géographique. De cette façon, nous comprenons que la discussions sur le Territoire est directement associée aux enjeux contemporains concernat l'organisation et la performance de l'État, le développement socio-spatial et la planification des politiques publiques. Malgré l'existence d'une vaste bibliographie sur le sujet, le Territoire se présente toujours comme um thème persistant, et sa compréhension est fondamentale pour ceux qui souhaitent comprendre la dynamique socio-spatiale du territoire brésilien.

**Keywords:** Territoire. Pouvoir. Développement. Épistémologie Géographique.

---

## **INTRODUÇÃO**

A ciência geográfica, em seu processo de investigação e apreensão do real, apoia-se em alguns conceitos-chaves que são constantemente (re)problematizados ao longo do tempo. Haesbaert (2016) propõe pensarmos que tais conceitos estão dispostos na forma de uma constelação, com múltiplas relações em si, sendo o espaço geográfico a categoria ou o conceito mais geral e que interliga os demais. Neste sentido, o território, a região, a paisagem e o lugar são conceitos que permitem uma análise do real a partir de uma problemática espacial específica. No caso do território, as discussões se dão em torno que no caso do território são das relações entre espaço e poder.

O texto está organizado em três partes. Na primeira, buscamos analisar o poder enquanto noção fundante para o debate sobre território na Geografia. Na segunda parte, a discussão está voltada para as diferentes concepções de território ao longo do tempo, destacando os principais autores que se dedicaram sobre o tema. E por fim, destacamos a importância do debate territorial para as questões que envolvem o desenvolvimento e a autonomia dos sujeitos em suas lutas sociais. Com isso, esperamos que o presente trabalho possa contribuir para as reflexões sobre o território como conceito-chave na Geografia.

## **O PODER COMO ELEMENTO CENTRAL NA DISCUSSÃO DO TERRITÓRIO**

As discussões sobre o território em diferentes abordagens teórico-metodológicas trazem em seu bojo a problemática das relações de poder. As primeiras discussões difundidas a respeito da ideia de poder que tanto influenciaram na experiência do

---

território pertencem a Maquiavel, construídas já no século XVI e apresentadas em uma de suas obras mais lidas em todo o mundo: O príncipe.

Para Maquiavel, o poder é apresentado como elemento primordial para a apropriação do território, pois este faz menção as relações de dominação, e ainda demonstra como as forças históricas deveriam operar para serem eficientes. A obra de Maquiavel é considerada a primeira a se dedicar o modo de organização e atuação do Estado, ressaltando as relações de dominação dos homens por outros homens (GRUPPI, 1980 apud SAQUET, 2015).

Na Geografia moderna, o fundador da chamada Geografia Política, o alemão Friedrich Ratzel, retoma o elemento poder de forma a corroborar com os interesses de dominação e apropriação pelo Estado-Nação. Assim, o poder é expresso e efetivado, segundo Ratzel, precisamente pelo aspecto político, como destacou em sua obra Antropogeografia (1990).

O poder também aparece nos trabalhos do francês Michel Foucault (1985). O pensamento foucaultiano considera que o poder é inerente a todas as relações sociais e não apenas estendido e restrito a figura jurídico-administrativo do Estado (FOUCAULT, 1985), como imaginavam Maquiavel e Ratzel.

Para o autor, o poder está presente em todas as relações e é móvel. É algo inerente aos processos e relações econômicas, de conhecimento etc. O poder vem de baixo, e percorre o conjunto da sociedade. Todas as relações de poder na contemporaneidade são intencionais, e não subjetivas. E por fim, sempre haverá resistência onde houver relações de poder. Tem-se, portanto, uma grande contribuição em Foucault a respeito da concepção de poder, haja vista as suas relações serem imanentes a todas as outras vertentes (culturais, econômicas, epistemológicas.).

Para Raffestin (1993), temos que superar a confusão existente entre Estado e poder, pois para ele, dizer que “o poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula” pois ele “nasceu muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer” (Ibid, p. 52). Assim, toda relação estabelece o ponto de surgimento do poder, fundamentando sua multidimensionalidade. A importância da finalidade é revelada em virtude da intencionalidade, tendo expressa a resistência pelo caráter dissimétrico que

---

sempre está nas relações. Ainda segundo este autor, ao visar o controle e a dominação sobre os homens e objetos, o poder precisa de alguns trunfos, sendo eles: a população, o território e os recursos. Portanto, “o território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (Ibid, p. 60).

Marcelo Lopes de Souza (1995) considera que o território é definido e delimitado por e a partir das relações de poder. Ou seja, ele possui em sua constituição o efetivo exercício do poder. Apoiado na concepção de Hannah Arendt, o poder não é concebido como algo que se restringe a violência e a dominação. Na verdade, o poder é inerente a todas as coisas, e demanda, portanto, legitimidade. Quando o poder se esvai, tem-se, pois, a dominação através da violência.

Deste modo, para Souza (1995), o poder (legitimado por algum grupo social) não é mais visto apenas como algo associado a estrutura estatal, e não sendo mais apenas um elemento de coerção, ideologia, que está nas mãos de um grupo hegemônico. Ele se constitui em uma perspectiva relacional dos muitos sujeitos, em diferentes territórios.

Vimos, portanto, que o poder entra em debate para demonstrar diferentes estruturas e perspectivas, que vão desde as mais tradicionais e estritas, até as abordagens mais amplas e relacionais. Tais discussões se fazem presentes no entendimento das concepções do território – e territorialidades, sua (re)composição e avanço dentro desse movimento de reflexão.

## **UM CONCEITO EM MOVIMENTO**

Todo conceito detém uma história, seus elementos e metamorfoses (DELEUZE; GUATARRI, 1992). O território é um destes conceitos, e as suas diferentes abordagens perpassam pela compreensão do movimento geo-histórico de sua construção (HAESBAERT, 2016).

É neste contexto que a Geografia, em meio ao seu constante movimento de renovação epistemológica, acabou por priorizar determinados conceitos e abordagens de acordo com a corrente de pensamento dominante em cada época. Assim, conforme destaca Corrêa (1995), durante a chamada Geografia Tradicional privilegiou-se sobretudo os conceitos de paisagem e região, com estudos centrados no ideário positivista. O espaço, atualmente entendido como o conceito-chave da ciência

---

geográfica, surge como importante categoria na chamada Nova Geografia. Já o território (e o conceito de lugar), objeto do presente ensaio, só começa a ganhar centralidade a partir dos anos 1960-70. O território e a territorialidade passam definitivamente a fazer parte do arsenal investigativo dos geógrafos, especialmente aqueles que adotam o materialismo histórico e dialético como método de investigação social.

A origem dos estudos territoriais na Geografia tem como base os trabalhos de Friederich Ratzel e a sua Geografia Política no final do século XIX. Estando profundamente comprometido com um discurso ideológico de legitimação do Estado alemão, Ratzel desenvolveu uma abordagem de território sempre associado ao Estado-Nação. Para ele, o território é concebido como um espaço concreto em si que é apropriado por um grupo social. Uma sociedade não pode ser compreendida sem o seu território, cuja identidade social é algo que está diretamente ligado aos atributos do espaço (RATZEL, 1990).

O pensamento ratzeliano fundamenta-se nos métodos positivistas de observação, descrição, comparação e classificação, tendo como referência as pesquisas desenvolvidas pelas ciências naturais. Por esta razão, acaba por naturalizar o povo e o território, estando sempre ligados ao Estado através da conquista e manutenção de espaços. A única territorialidade existente é a do Estado-Nação, detentor do poder por excelência.

Em sua obra o território não é distinguido de outros conceitos, aparecendo como sinônimo de espaço, de ambiente, de solo ou como sendo o próprio Estado-Nação. Esta concepção biológica do território, apesar da relevância no contexto teórico-político em que foi produzida, é considerada insuficiente para a compreensão do fenômeno territorial e será reavaliada por diversos autores durante o século XX.

Jean Gottmann (1952), em uma abordagem renovada, amplia a concepção de território através do princípio da organização político-administrativa. O território é entendido como um conceito político e geográfico, sendo uma porção do espaço sob a jurisdição de um governo. Não deve ser encarado apenas como um substrato, base física inanimada, mas como uma área onde uma autoridade exerce soberania sobre as pessoas. Atribui grande importância ao Estado, mas diferencia-se de Ratzel (1990) por

---

não limitar sua abordagem ao solo pátrio. O território passa a ser entendido como a expressão geográfica de dominação social em uma determinada área, uma concepção que irá subsidiar estudos posteriores.

Robert Sack (1986) é o primeiro a sinalizar para uma abordagem múltipla do território, e se destaca por discutir a territorialidade humana como estratégia de dominação. Considera que um espaço só se torna território quando uma autoridade o usa para influenciar e/ou controlar outros indivíduos, e esta autoridade pode estar dentro ou fora do território. Na teoria de Sack o território não é um simples espaço delimitado, mas a esfera de ação onde indivíduos e grupos exercem o poder, isto é, a territorialidade.

Raffestin (1980), preocupa-se em distinguir inicialmente o espaço do território, que durante muito tempo foram conceitos utilizados indistintamente. Para o autor, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (*ibid*, p. 143). O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho (energia e informação) e que revela relações marcadas pelo poder. “O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (*ibid*, p. 143-144).

Souza (1995), concorda com Raffestin (1980) quando este diz que o espaço é anterior ao território e que as relações de poder constituem um componente essencial. Todavia critica o que chamou de “coisificação” do território no momento em que Raffestin incorpora a noção de substrato material ao próprio conceito. É como se todo território fosse automaticamente sinônimo de espaço social. Nesta perspectiva, o território é um campo de forças, e não é o espaço social em si, são “as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (*ibid*, p. 97).

Em uma perspectiva diferente da maioria dos geógrafos dedicados a abordagem territorial, Bonnemaïson (2002), ao estudar o movimento de grupos étnicos em ilhas, investe na dimensão cultural. Assim, para além dos tradicionais aspectos ligados ao poder político, socioeconômico ou de legitimação do Estado nacional, reconhece o território enquanto valor cultural. O território é, antes de tudo, um espaço de

---

identidade. Em sua obra o território está sempre associado as noções de grupo cultural, etnia e espaço-símbolo. Tal concepção, na tradição geográfica, acaba por se aproximar do conceito de lugar, o que para Haesbaert (2016) foge do foco central do conceito de território que é enfatizar as relações entre espaço e poder.

Raffestin (1980), autor de grande influência na geografia brasileira, chama a atenção para um movimento dialético do território que chamou de TDR (territorialização, desterritorialização e reterritorialização). Esse processo ocorre em virtude de vários fatores, principalmente econômicos, gerando espaços temporalizados. Esta é uma abordagem relacional e transescalar do território e da territorialidade. No Brasil, Haesbaert (2004) também tem destacado o processo TDR e propõem a multiterritorialidade como uma nova forma de interpretação dos fenômenos territoriais.

A flexibilidade da territorialidade cotidiana é objeto da análise de Souza (1995), que usa como exemplo os territórios da prostituição masculina e feminina. Neste sentido, um mesmo espaço pode ter, ao longo do dia, diferentes funções. Um movimento onde territórios se constituem e se dissipam de modo relativamente rápido. O mesmo autor, tratando sobre a territorialidade do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, ressalta a necessidade de uma ponte conceitual entre território e rede, ou o território-rede, dado o processo de articulação entre distintos territórios.

Milton Santos (1994) ao tratar do conceito de território define como sendo o território usado o verdadeiro objeto da análise social, e não o território em si, pois “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (*ibid*, p. 16). A Geografia é, deste modo, uma filosofia das técnicas e o território usado precisa ser tomado como categoria de análise social. O estudo desta categoria é revelador de desigualdades, em que se evidenciam os espaços de densidade e rarefação, fluidez e viscosidade.

Ao contrário de Raffestin (1980) o autor não se preocupa em distinguir território e espaço, aparecendo praticamente como sinônimos.<sup>1</sup> Na concepção miltoniana é no território onde se manifestam as grandes contradições de nosso tempo, pois vivemos

---

<sup>1</sup> “Na verdade eu renunciei a busca dessa distinção entre espaço e território. [...] Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles (SANTOS, 2000 *apud* HAESBAERT, 2016, p. 20).

---

atualmente em um território transnacionalizado (fim da noção de Estado territorial de base razteliana). Isto acaba por imprimir novas funções ao território graças ao papel da ciência, da tecnologia e da informação. Este território é portador de uma configuração técnica e atua como suporte de redes que transportam regras e normas (verticalidades), e ao mesmo é formado por lugares reunidos por uma continuidade territorial (horizontalidades). Este território é uma arena de oposição entre o mercado e a sociedade, nas mais variadas dimensões e escalas (*ibid*).

Saquet (2015), após um vasto estudo sobre as diferentes concepções de território na literatura estrangeira e no Brasil, apresenta uma proposta de abordagem pautada na (i)materialidade. O território significa, ao mesmo tempo, ideia e matéria, isto é, não se restringe somente ao substrato ou as relações sociais.

O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; *ideia* e *matéria*; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; des-continuidades; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade (SAQUET, 2015, p. 24).

Nesta perspectiva, a compreensão do território e a sua efetivação deve se dar a partir articulações territoriais entre diferentes escalas e agentes sociais. Uma concepção dialética, que busca entender o território em uma abordagem múltipla e diversa.

Roberto Lobato Corrêa (1996) concebe o território como um importante meio para viabilizar a organização do espaço de modo a contribuir para a existência e reprodução do conjunto da sociedade. O planejamento territorial refere-se, assim, ao conjunto de ações que tem por objetivo o controle do espaço pelo Estado, grupo social, instituição ou empresa.

O uso do conceito de território pelas políticas públicas tem ganhado, ao longo do tempo, um certo reducionismo prático, delimitando-se a uma área qualquer para um determinado setor e em seguida o denomina como território. É o caso, por exemplo, da chamada territorialização da saúde, um recorte especial feito por gestores públicos de saúde. Neste sentido, os fundamentos conceituais desta categoria geográfica são desprezados pelo poder institucionalizado nas distintas esferas governamentais, o que dificulta o avanço na compreensão do território na perspectiva do desenvolvimento e da autonomia.

---

## TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E AUTONOMIA: UM NOVO DEBATE

Os estudos sobre o território têm como desafio compreender a realidade a partir de um aparato conceitual e metodológico que, neste caso, tem na Geografia sua base mais concreta. É neste sentido que Dematteis (2015) ressalta que nos últimos anos vem ocorrendo uma outra fertilização na concepção de território, agora, muito mais ativa no campo científico e político. Dematteis e outros autores das ciências sociais destacam a necessidade de trabalhar a justiça e a liberdade, temas da ordem do dia. A partir disso, geógrafos dedicados a problemática territorial passam, então, a incorporar noções como desenvolvimento e autonomia.

Na literatura brasileira Souza (1995) talvez seja o que mais tenha ganhado notoriedade nesta discussão. Defende que é preciso expandir a ideia de território para além das concepções tradicionais associadas ao Estado-Nação, e para isso atribui importância capital a questão do desenvolvimento. Ao criticar o modelo civilizatório capitalístico ocidental e o seu desenvolvimento essencialmente econômico, propõe uma releitura do problema a partir da territorialidade autônoma. A territorialidade autônoma, na visão do autor, estaria na capacidade de uma sociedade gerir livremente seu território.

A noção de desenvolvimento é objeto da discussão do economista Amartya Sen (2000), segundo o qual o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades individuais, numa perspectiva emancipatória. A tônica nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, que o identificam com o crescimento do Produto Nacional Bruto, com o aumento das receitas pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico ou com a modernização social.

Avançar e romper com essa lógica conservadora consiste em buscar a compreensão de um território autônomo, que esteja associado a uma perspectiva de desenvolvimento que também tenha como eixo estruturante a autonomia, que para Dematteis (2015, p. 09) “não significa autossuficiência, não implica fechamento com relação ao exterior, mas a capacidade de autogoverno das relações de territorialidade, internas e externas, de autoprojção de um desenvolvimento centrado nas pessoas.”

---

Assim, é preciso associarmos aqui a noção de desenvolvimento ao processo de consolidação dos territórios, numa perspectiva de constante movimento dos sujeitos que compõem as diferentes escalas a nível nacional.

Ao determinar a escala de análise deste ponto, como a tentativa de discorrer sobre as confluências entre desenvolvimento e território, associamos a uma escala de Estado, de relações sociais e de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento territorial autônomo. Encontramos em Fernandes (2009) uma série de contribuições para o debate, em que consideramos a sua classificação na escala de Estado-Nação. Este é definido como o primeiro território que na concepção do autor “é o espaço de governança da nação. É o ponto de partida da existência das pessoas. Neste se constituem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais” (*ibid*, p. 207).

A base da nação e dos sujeitos diversos que a constituem em um constante campo de contradições, conflitos e diversas territorialidades é fundamental para que em aspecto macro seja encontrado viabilidade para a determinação destas diversas territorialidades em um locus de tomada de decisões.

Existe uma fundamental relação, que se dá no âmbito das contradições do campo governamental que é o das conflitualidades. No entanto, são conflitualidades que determinam um campo de força diverso, que viabilizam em determinados momentos a base territorial de um dos grupos, que compõem essa esfera nacional, como elemento funcional para aplicabilidade de políticas públicas.

Com base em Fernandes (2009), é possível apontar alguns caminhos para os campos de disputa associados ao conceito de território, os pontos focais onde o território surge como elemento operacionalizador (Quadro 1).

**Quadro 1 – Tipologias de Território**

<b>Tipologias de Território</b>	<b>Definição das Tipologias</b>
Primeiro território: Espaço de governança da nação	Pensar o território enquanto escala de um grande campo de conflito, onde as disputas pelo viés de desenvolvimento se encontram em latência.
Segundo território: As propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias e as propriedades capitalistas	Pensar o território enquanto escala de conflitualidades constantes, territórios desta categoria nas disputas pela conquista do primeiro território.
Terceiro território: Espaço relacional das conflitualidades reunindo todos os tipos de território	Pensar as territorialidades e o uso do território em um sistema relacional de disputas e conflitualidades.
Quarto território: Território imaterial	Pensar o território como um campo imaterial na disputa no processo de construção de conhecimentos, conceitos, ideias.

Fonte: Fernandes (2009). Adaptação dos autores

Conforme apresentado no quadro, as tipologias de território fornecem elementos teórico-metodológicos para compreensão das práticas sociais no mundo concreto. As disputas nos espaços de poder perfazem circuitos que transitam entre as diversas tipologias, os debates englobam desde o controle pela definição e construção de conceitos, que se traduzem em concepções de mundo. Assim, se cristalizam nas relações sociais fatores de conflitualidades dos diversos interesses, quer seja de classes sociais, de grupos específicos ou até mesmo de territórios constituídos.

Disputar um modelo emancipatório tendo como marco a autonomia dos territórios e do bem-viver requer tal reflexão. A materialidade e a imaterialidade do território se consolidam a partir de elementos relacionais e articulações que podem fortalecer novas formas de autonomia do primeiro território. São definidas, com base nos processos apresentados, diretrizes para a construção novas possibilidades e tomadas de decisões na esfera do Estado. Espera-se que os caminhos de associação das territorialidades autônomas somadas, apontem para a um desenvolvimento territorial autônomo.

---

O tema em tela está situado em um complexo jogo de relações de poder (daí o caráter territorial). A efetivação do que seria uma territorialidade autônoma, apoiada na concepção de desenvolvimento local e socialmente constituído, o fim de uma heteronomia imposta por agentes externos e do poder hegemônico, esbarra nos padrões impostos pelo sistema econômico mundial vigente. Este é um desafio político, e que no contexto atual assiste a um enorme desequilíbrio de forças. Souza (1995, p. 107) elucida bem este processo e nesta perspectiva tomamos as palavras do autor:

Como é possível, hoje, em meio a uma conjuntura política e ideológica internacional tão avessa a utopias de liberdade, e em um mundo que assiste a uma avassaladora globalização da economia e da cultura, redefinir a questão do desenvolvimento a partir das ideias de autonomia e territorialidade autônoma de maneira que não seja patética e quixotesca?

Os nuances deste debate se ampliam em escala para além das articulações conceituais, a prática territorial se encaixa como efetivação da disputa no scamos materiais e imateriais, revelando caminhos possíveis da quebra de correntes, fornecendo as ferramentas, não somente para a constituição de um território autônomo, mas também para sua constante manutenção.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Território é movimento, integração e contradição. É, portanto, o espaço social apropriado por diversos agentes. Como elencamos no início deste trabalho, a raiz do debate se encontra no poder. A associação feita entre poder e Estado é uma das facetas da apropriação do espaço enquanto território, podendo se manifestar das mais diversas formas. As relações de poder vão além da esfera jurídico-administrativa, estão enraizadas nas relações do cotidiano, nas práticas sociais dos diversos grupos que integram a sociedade.

Território está para além da escala do Estado-Nação, se encontra nas constituições materiais e imateriais de camponeses, nas periferias urbanas, em sujeitos - sejam indígenas ou intelectuais, se faz presente ainda nas disputas de mercado de grandes corporações, dentre outros.

---

Acreditamos ser necessário analisarmos o território a partir de dois movimentos dialeticamente articulados: um crítico-reflexivo e outro voltado para uma Geografia mais operativa. Isto significa pensarmos o território a partir das suas múltiplas abordagens sem, no entanto, perdermos de vista o potencial empírico deste conceito.

A multiplicidade de concepções no campo teórico-prático aqui apresentada é parte constituinte do processo de renovação do discurso geográfico. Os novos (e também os antigos) problemas do mundo impõem a necessidade da (re)formulação e (re)avaliação dos conceitos. Esperamos que com este trabalho possamos ter contribuído para a discussão sobre o conceito de território, acrescentando a importância do desenvolvimento e da autonomia (territorialidade autônoma).

Território, desenvolvimento e autonomia tornam-se então um tripe fundamental no debate teórico, debate este que possibilita a efetivação de formas contra hegemônicas de articulação e atuação de sujeitos sociais, demonstrando as possibilidades efetivas de territorialidade, seja no âmbito material, seja nas diversas disputas imateriais. A autonomia é fim e meio para a mudança de paradigmas na constituição dos territórios que até o momento são considerados utópicos, formando assim uma rede de desenvolvimento que caminha em direção a novas possibilidades territoriais.

## REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. **Da violência**. Brasília, editora da Universidade de Brasília, 1985.

BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (Orgs.). **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro, EDUERJ, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p.15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997

DEMATTEIS, Giuseppe. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 4ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 07-11

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

---

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Silvério. **Territórios e territorialidade**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197–216.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: 1985.

GOTTMANN, Jean. **La politique des États et leur Géographie**. Paris: Armand Colin, 1952.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Por uma constelação geográfica de conceitos. In: **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p.19-51

HAESBAERT, Rogério. As armadilhas do território. In: SILVA, José Borzacchiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Território**: modo de pensar e usar. Fortaleza: Edições UFC, 2016, p. 19-41

RAFFESTIN, Claude. **Pour une géographie de puvoir**. Paris: Litec, 1980.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática, 1993 (Vol. 29)

RATZEL, Friedrich. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990, p. 175-192.

SACK, Robert. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton. et al (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Huritec/Anpur, 1994, p. 15-20.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 4ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. Rio Janeiro, Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

---

**Israel Rodrigues Bezerra** – Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia UFC. Vinculado ao Laboratório de Estudos Agrários e Territoriais - LEAT da Universidade Federal do Ceará, além de atuar em elaboração de projetos de desenvolvimento rural. Tem experiência na área de Geografia Humana, com ênfase em Geografia Agrária atuando principalmente nos seguintes temas: questão agrária, posse e uso da terra e mapeamento colaborativo.

**Gerlaine Cristina Silva Franco** – Mestrado acadêmico pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (2020) e licenciatura plena em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2017). Atualmente é vinculada ao Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Espaços Simbólicos - LEGES da Universidade Federal do Ceará.

---

---

**Jefferson Santos Fernandes** - Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Presidente Prudente. Possui mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (2020), graduação (Licenciatura) em Geografia pela Universidade Federal de Campina Grande (2018) e graduação em Gestão em Saúde Pública pela Universidade Regional do Cariri (2016). É membro do Grupo de Pesquisa "Produção do Espaço e Redefinições Regionais"-GAsPERR. Tem experiência na área de Geografia, atuando nas áreas de Geografia Urbana, Geografia Regional e Geografia da Saúde

---

Recebido para publicação em 08 de Junho de 2020.

Aceito para publicação em 07 de Dezembro de 2020.

Publicado em 22 de Março de 2021.